Reunião de 23/12/2021

ATA N.º 27/2021

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM

---- Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas nove horas e trinta minutos, a Câmara Municipal de Nelas em reunião extraordinária, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral, por videoconferência, ao abrigo do disposto no art.º 3.º/3, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação da Lei n.º 13-B/2021, de 05 de abril, estando presentes, no Salão Nobre, o referido Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr.ª Maria Salomé de Almeida Simões, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Dr. Fernando António Pais Silvério e Artur Jorge dos Santos Ferreira e por videoconferência o Senhor Vereador Dr. Manuel Alexandre Henriques. ----------
---- Registou-se a falta, considerada justificada, do Senhor Vereador Dr. José Manuel Borges da Silva. ----------

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - Total de disponibilidades da Câmara Municipal – 1.828.461,23 euros (um milhão oitocentos e vinte e oito mil quatrocentos e sessenta e um euros e vinte e três cêntimos); - De operações orçamentais: 1.313.370,90 euros (um milhão trezentos e treze mil trezentos e setenta euros e noventa cêntimos); - De operações não orçamentais: 515.090,33 euros (quinhentos e quinze mil noventa euros e trinta e três cêntimos). ----------

1 – CONTABILIDADE

1.1.ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, N.º 18, DA DESPESA, ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 18, ÀS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, DO ANO DE 2021 – CONHECIMENTO

---- Presentes as alterações ao Orçamento Municipal, n.º 18, da Despesa, às Grandes Opções do Plano n.º 18, às Atividades Mais Relevantes e ao Plano Plurianual de Investimentos, do ano de 2021, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. ---------
---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral, cumprimentou todos os presentes. Cumprimentou a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, em forma de presencial, o Senhor Vereador Dr. Manuel Henriques, por videoconferência e também dizer aos Senhores Vereadores que o Executivo recebeu a informação do Senhor Vereador Dr. José Manuel Borges da Silva a dizer que, por motivos profissionais e familiares,

não lhe é permitido estar presente na reunião de hoje. Sendo assim, iria já para os pontos de trabalhos da reunião extraordinária de hoje, de 23 de dezembro de 2021, que tem muito a ver com a questão do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2021. Antes, também cumprimentar os Senhores Colaboradores do Município e dar a indicação do resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, já referido no ponto anterior. Indo, diretamente, para a Ordem de Trabalhos, na parte da Contabilidade, o ponto 1.1.Alterações ao Orçamento Municipal, n.º 18, da Despesa, às Grandes Opções do Plano n.º 18, às Atividades Mais Relevantes e ao Plano Plurianual de Investimentos, do ano de 2021 – Conhecimento. Afirmou que esta alteração orçamental que o Executivo propõe tinha também a ver com a parte dos vencimentos das mobilidades que foram feitas a partir de setembro do ano em curso com verbas que não estavam devidamente consignadas com os pagamentos, particularmente, também com os subsídios e com os valores que eram devidos e com o pagamento de água a Mangualde, como pagamentos que havia em atraso e obrigações da CIM que não estavam devidamente cabimentadas. Portanto, tinha a ver com despesas q ue não tinham valores cabimentados e que tiveram que fazer alterações orçamentais para honrar esses compromissos. Portanto, estava dado conhecimento sobre essa alteração orçamental. Não sabia se algum dos Senhores Vereadores queria formular alguma questão. Não havendo questão alguma a apresentarem, então, eles passariam para, estando dado conhecimento do ponto 1.1 alusivo às alterações ao Orçamento Municipal, passariam ao ponto 1.2. ----------

---- A Câmara tomou conhecimento das alterações ao Orçamento Municipal, n.º 18, da Despesa, às Grandes Opções do Plano, n.º 18, às Atividades Mais Relevantes e ao Plano Plurianual de Investimentos, do ano de 2021. ----------

1.2.INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA PARA EFEITOS DO ARTIGO 77.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO – RELATÓRIO ROC A 30/06/2021 – CONHECIMENTO

---- Presente um Relatório dos Revisores Oficiais de Contas, à data de 30 de junho de 2021, informando sobre a situação económica-financeira do Município de Nelas, para efeitos do Artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que o ponto 1.2 era sobre um documento, que os Senhores Vereadores também receberam sobre a informação sobre a situação económica-financeira para efeitos do Artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do Relatório dos ROC,s a 30/06/2021- Conhecimento. Como os Senhores Vereadores sabem, é um procedimento obrigatório e habitual que seja feito este Relatório dos Revisores Oficiais de Contas. E o documento foi também enviado aos Senhores Vereadores. E há no documento todo também alguns sinais daquilo que depois também os remeterá até também para o próprio Orçamento e para a situação de alguma dificuldade de Tesouraria que o Executivo tem de momento e da parte financeira. Na parte deste Relatório, desta informação sobre a situação económica-financeira há uma parte em especial que também os remete para toda esta questão que eles foram falando ao longo do tempo. Dizer também que está também agendado para a reunião da próxima reunião de Câmara também o levantamento sobre as várias questões que eles disseram que foram fazendo sobre a situação financeira da Autarquia e que voltarão a esse assunto na reunião ordinária da próxima segunda-feira. Para já e cingindo-se a isto, a

Demonstração de Resultados do Relatório Oficial dos Revisores Oficiais de Contas diz-lhes já que no que diz respeito ao resultado líquido do período indicado de seis meses, portanto, de janeiro a 30 de junho de 2021, o resultado líquido foi negativo em 447.032,00 euros, sendo que antes de depreciações e gastos de financiamento sofreram um aumento de 310.000,00 euros face a 30 de junho de 2020. Também diz, nas Provisões e nos Passivos Contingentes que foram identificadas despesas incorridas suportadas apenas em informação/despacho de responsável e sem a tramitação legal do circuito de despesa (cabimentação, compromisso, liquidação e autorização de pagamento e pagamento) e bem assim, sem qualquer procedimento prévio de contratação pública associado, nos casso aplicáveis, não sendo líquido que os mesmos tenham sido emitidos antes da data do respetivo recebimento do bem e serviço. Já falaram aqui, em anteriores reuniões, de cerca de um milhão de euros sem cabimento, que foram registando e que actualizarão na próxima reunião, sendo que aqui também já, no próprio Relatório e já no primeiro semestre, fala que as despesas nesta situação e cuja entrega/fornecimento terá ocorrido previsivelmente até final do 1.º semestre de 2021, totalizam o montante de cerca de 170.000,00 euros. Dito isto, deste modo e antes também de entrar na parte do Orçamento, uma vez que está, intimamente, ligado com essa questão, a situação financeira da Autarquia que encontraram tinha, de facto, situações e contornos bastante preocupantes, nomeadamente em termos de despesa acrescida que também foram encontrando. E, portanto, sobre o Relatório dos ROC,s era isso o que o Executivo tinha dado para conhecimento. Deixaria também algum comentário a algum dos Senhores Vereadores se se quisesse pronunciar sobre o assunto. Não havendo nenhum comentário, passariam, então,
às Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 – Discussão e aprovação. ----------

---- A Câmara tomou conhecimento do Relatório dos Revisores Oficiais de Contas, à data de 30 de junho de 2021, informando sobre a situação económica-financeira do Município de Nelas, para efeitos do Artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. ----------

1.3.PROPOSTAS DE ORÇAMENTO MUNICIPAL E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2022 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presentes as Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2022. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que era um Orçamento este que o Executivo ali apresenta, muito do seguimento do que já foram entretanto, falando, quer da questão das despesas que foram encontrando, sem cabimentação, mas também do ano, que é um ano de eleições, que apareceu também muita despesa do segundo semestre que lhes faz com que o Executivo tenha problemas até de Tesouraria e passarem o ano com os pedados todos que lhes são imputados por causa da despesa acrescida que houve e que tem também muito a ver e que está devidamente plasmada até essa evidência, quer no Relatório dos Revisores Oficiais de Contas, que já aponta também nesse sentido para o aumento da despesa, quer, em particular, nessas alterações orçamentais que tiveram que fazer também por causa das cabimentações, ou da ausência delas, neste caso. Este Orçamento também está muito amarrado às responsabilidades que foram assumidas pelo anterior Executivo. Tem a ver que, naturalmente, porque é um Orçamento que é um Orçamento de transição. Não é um Orçamento novo. É um Orçamento

de transição. Quiseram meter alguma parte, algum cunho do Programa que submeteram a sufrágio popular, mas bastante condicionado para aquilo que eles desejariam. Tem a ver com, nas Receitas Correntes, os valores que eles têm consignados, também têm a ver com uma questão que podia ter sido resolvida a tempo que tem a ver com o aumento da fatura da água, que já havia recomendações para isso ser feito já desde 2015. Mas bastaria, por exemplo, ter sido iniciado no início do mandato anterior e que vai fazer, por obrigações legais, de fazer um aumento não tão faseado, em termos de fatura pública, digamos assim, embora tenham que ter sempre aqui uma questão social, a levarem em linha de conta para não onerar as famílias com menores recursos. Nas Receitas Correntes é também importante que seja salvaguardada a questão dos montantes que estejam consignados, que são 11.399.404,00 euros, num valor que está consignado. E nas Despesas Correntes, dizer também que há um aumento também claro, em particular também com as mobilidades que vão ter que ser efetivadas agora também. Estão a falar em 28, neste caso e no aumento também das Despesas com Pessoal e também dos aumentos com os encargos das Amortizações dos Empréstimos também que, passado o período de carência, terão que ser, naturalmente, pagos e do funcionamento de equipamentos com custos associados com as despesas também correntes. Sobre as Receitas de Capital, dizer que o Executivo mantém, naturalmente, as Receitas de Capital que se vêm também arrastando há anos. Ainda continuam, por exemplo, as Receitas de Capital com valores integrantes das ETAR,s e de obras que vêm do Reservatório de Água e obras que vêm de anos anteriores. E as Despesas de Capital, naturalmente, refletem também esse arrastamento que existe dos anos anteriores. Diriam que este é um Orçamento que é condicionado por toda esta questão financeira que o Executivo foi falando. No entanto, não deixaram de tentar verter no Orçamento, nas Grandes Opções do Plano e nas PPI,s, dentro da pouca folga orçamental, contemplar, tanto a parte da componente social, na parte, quer da COVID-19, quer da parte do Apoio Social, a Lares e à parte social, de apoio aos Munícipes e à população. E também em obras de proximidade nas Freguesias com abertura de rubricas e outra com até a atribuição de alguns valores, de forma a que consigam também dar um sinal maior de coesão territorial, Têm também, na questão dos financiamentos, no decorrer das reuniões com a CCDRC, questões que estão abertas, nomeadamente, nas comparticipações financeiras que estavam asseguradas, quer na parte da Requalificação por exemplo da Av.ª João XXIII, quer do CAVES que ainda estão à espera de esclarecimentos que, com o redimensionamento do projeto, houve necessidade de pedir um esclarecimento sobre o montante que estava estipulado para o projeto inicial. Isto, no decorrer, depois da reunião que tiveram com a CCDRC. E alguns custos acrescidos que o Executivo tem vindo a registar, quer nos Mercados de Nelas e de Canas de Senhorim, quer no Centro de Recolha Oficial. E também vem aí consignado em abertura também, estarem atentos ao Plano de Recuperação e Resiliência e ao PT 2030 para candidatarem obras também e para avançarmos também nos projetos que têm muito a ver com a parte da Habitação Social e também com a Requalificação da parte de edificação de Serviços Públicos de primeira necessidade. Dizer ainda que nesta questão do Orçamento para 2022 estarão atentos também para um ano desafiante que também vai ser, não só para as candidaturas que já estão a decorrer do PRR e do PT 2030, mas também para a Delegação de Competências na área da Educação e da Saúde, que implicarão depois, em

princípio, será para, embora haja agora eleições, será um assunto que será, eventualmente, irreversível. E, portanto, o Executivo terá também no Orçamento deixam isso, embora não saibam muito bem depois os contornos todos, mas deixam também já isso em aberto e em consignação em sede de Orçamento. Portanto, este é o Orçamento que o Executivo apresenta e as Grandes Opções do Plano e que os Senhores Vereadores tiveram acesso. E deixaria à consideração. Não sabia se o Senhor Vereador Artur Ferreira queria acrescentar alguma coisa. Perguntou se algum dos Senhores Vereadores pretendia emitir alguma opinião. Deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes, o Senhor Presidente, a Senhora Vice, Presidente, os Senhores Vereadores e os Senhores Colaboradores da Autarquia. Afirmou que, relativamente ao Orçamento, só dois, ou três considerandos. Primeiro, naturalmente, não podia deixar de ficar surpreendido. O seu primeiro sentimento era de surpresa. Naturalmente que houve eleições autárquicas. Houve vencedores e vencidos, naturalmente. Mas também o Senhor Presidente não podia esquecer que passou 4 anos deste lado e também tomou as posições que achou que devia tomar. E bem. E bem. Devemos ser assim. E devemos ser coerentes também com elas. E, naturalmente, todos têm direito a mudar de opinião. Naturalmente, considerando também a evolução da realidade. Mas fica surpreendido porque, pelo valor global do Orçamento. E ele recorda-se das palavras do Senhor Presidente relativamente ao Orçamento de 2021, que o apelidava de irrealista, falando só em termos globais, que o apelidava de irrealista e enganador, empolado, irrealista e enganador. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que era empolado, enganador não. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério continuou: empolado, irrealista e enganador. E, outros considerando que podem ser, quem tiver interesse poderá ver isso na declaração de voto do Senhor Presidente aquando da votação do Orçamento de 2021. Por isso, quando falava no Orçamento empolado e nesse aspeto, considerando o valor global do Orçamento vêm que é interessante dizer que, provavelmente, o Senhor Presidente votaria contra este Orçamento. Mas, depois, também há duas, ou três situações que o preocupam. Há duas, ou três situações que o preocupam. E um dos aspetos também que o preocupa tem a ver com a Despesa Corrente que o Senhor Presidente muito aqui abordava. E bem. E bem. Que aquela mais difícil de baixar. Todos eles sabiam isso. Todos eles sabiam isso. Mas, veem que, para este Orçamento para 2022 está previsto o aumento da Despesa Corrente. Está previsto o aumento da Despesa Corrente. A Despesa Corrente prevista para 2021 eram 9.740.000,00 euros. Para 2022, grosso modo, estão previstos 10 milhões de euros. Mas, se forem à Prestação de Contas de 2020, se forem à Prestação de Contas de 2020 a Despesa Corrente foi de 8.366.082,00 euros. Ainda têm aqui uma décalage ainda maior. Isto leva-o ao próximo ponto. E, aí sim, uma preocupação que está inscrita aí em sede de Orçamento, que tem a ver com a água, saneamento e os resíduos sólidos. E se eles forem ver essas rubricas, em 2021 estava previsto em Orçamento, aquele que o Senhor Presidente chamava empolado, irrealista e enganador, na água 725.000,00 euros, no saneamento 200.000,00 euros e nos resíduos sólidos 500.000,00 euros. Que dá um total de 1.425.000,00 euros. O que tem previsto para

2022 inscrito em Orçamento, são de água, previsto arrecadar uma Receita de 900.000,00 euros, de saneamento 550.000,00 euros, há um aumento de mais de 100%. E dos resíduos sólidos, de 500.000,00 euros passa para 520.000,00 euros. Nestas rubricas têm total de 1.970.000,00 euros. O que significa que na previsão do Senhor Presidente, no seu Orçamento, tem aqui um aumento de 39% pelo menos, cerca de 39%. Mas, mais. Mas, mais, porque Orçamentos são Orçamentos, como eles sabem, são documentos previsionais, naturalmente. Não podem deixar de ser. Mas, se forem à Conta de Gerência de 2020, aquela Receita que foi realmente arrecadada e que o Senhor Presidente, naturalmente, também votou, e votou contra e votou contra. Aquela Receita que foi realmente arrecadada, em traços gerais, a água foram 686.570,00 euros, o saneamento 182.998,00 euros e os resíduos sólidos 469.646,00 euros, que dá um total de 1.339.214,00 euros. O que significa que se fizerem este exercício, a diferença entre a Receita, efetivamente, cobrada em 2020 para aquilo que prespetiva para 2022 tem, no mínimo, um aumento de 47%. São, grosso modo, mais 630.000,00 euros, 630.000,00 euros. E, neste ponto, já irão falar, certamente, acerca dele, espera ele, gostaria de perguntar muito concretamente ao Senhor Presidente, muito concretamente, das duas, uma e utilizando as palavras do Senhor Presidente, se, realmente, isto é um empolamento da Receita, de uma forma, que desculpasse a expressão, até abusiva, ou então se está previsto e ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, gostaria que o Senhor Presidente explicasse à Câmara se está previsto algum aumento, quer da água, do saneamento e dos resíduos sólidos. Ainda relativamente também a isto porque um dos argumentos e houve muitos, ainda, naturalmente, terão oportunidade ao longo destas sessões de explanar tudo isso, muitos argumentos que o Senhor Presidente aqui utilizava porque nós também não podem ter a memória curta, como é óbvio e todos eles, de certeza, irão assumir as suas responsabilidades. E um dos aspetos que o Senhor Presidente aqui criticava, era dos poucos, mas era um criticava, que tinha a ver com os Estudos, Pareceres e Consultadoria, que achava que a rubrica, digamos, estava demasiado dotada realmente a essa situação. É de referir que o Senhor Presidente mantém lá os 100.000,00 euros, mantém lá os 100.000,00 euros. Mais, mais, há bocado o Senhor Presidente falou que estaria, digamos assim, algo, seria dificil fazer este Orçamento porque considerando aquilo que vem de trás e falou que tentou-lhe dar o cunho. O cunho do Senhor Presidente, para ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, salvo melhor opinião, naturalmente, tem a ver com este suposto aumento de água, resíduos e saneamento. Mantém os Estudos, Pareceres e Consultadorias, que tanto criticava. Aumentou a rubrica para Seminários, Exposições e Similares, Ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, podia-lhe dizer e também Outros Trabalhos Especializados, para 1.415.000,00 euros, Outros Trabalhos Especializados. E ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, vai-se isentar até de aqui reproduzir o que é que o Senhor Presidente disse na votação do Orçamento de 2021 relativamente a esta situação, que aumentou esta rubrica de 879.000.00 euros, grosso modo, para 1.415.251,00 euros. Por isso, dirigindo-se ao Senhor Presidente, se algum cunho deu a este Orçamento e, naturalmente, é o seu Orçamento, é o seu Orçamento e quer-lhe já dizer que não vai votar contra, que é o Orçamento do Senhor Presidente e acha que também tem que ter condições, naturalmente, para o executar e ser avaliado por isso, ao contrário do que o Senhor Presidente fez, que votava contra o Orçamento e a Prestação de Contas, ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, não o ia fazer

porque acha que as pessoas também têm que ter condições para o executar e depois assumir as suas responsabilidades, como é óbvio, como é óbvio. Por isso, se algum cunho, se há aqui algum cunho que o Senhor Presidente deu foi nesta previsão de aumento da Receita através de aumento de impostos. E, desta forma, mais uma vez gostaria, se assim fosse possível, naturalmente, que o Senhor Presidente explicasse aqui então esta questão da água, do saneamento e dos resíduos sólidos. Por agora era tudo. Agradeceu. ----------

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel Henriques. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Alexandre Henriques afirmou que, antes do Senhor Presidente rematar o assunto, ele gostava também de dar um pequeno contributo também, se o Senhor Presidente lhe permitir, como é lógico. Antes de mais, endereçava os seus cumprimentos ao Senhor Presidente, à Senhora Vice-Presidente, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Funcionários da Câmara Municipal, desejando, obviamente, que passem esta quadra em paz, com saúde, o melhor para as sus famílias nesta quadra. Ele, Vereador Dr. Manuel Henriques, relativamente a este ponto e tendo clara a informação que está nos documentos financeiros, que foram remetidos pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Vereação Executiva, ele queria deixar nota, obviamente, de duas coisas: A primeira, obviamente, relevava que era um trabalho muito difícil em 7, 8 semanas, fazer a preparação destes documentos técnicos, sobretudo quando se verifica um desequilíbrio muito grande entre o documento financeiro e a realidade da sua execução na atividade da Câmara Municipal. E isso foi sempre um constrangimento, ele sabe que o foi. E em segundo lugar, deixar aqui uma nota também um pouco, obviamente, construtiva, obviamente. Gostou da intervenção do Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, que foi uma intervenção com seriedade e realçava isso. Mas tinha uma coisa a dizer, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, ele, Vereador Dr. Manuel Henriques, no lugar do Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério e era a sua opinião e ia respeitá-la com toda certeza, ele se estivesse firme e convicto que havia o tal aumento de impostos que o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério diz que, no fundo, são taxas, não são impostos, em que o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério diz que há neste exercício, ele achava que, em consciência, era-lhe sincero, não votaria a favor, nem se absteria, porque se tivesse esse receio de que as coisas não estavam justificadas, faria de forma diferente. Com franqueza, custava-lhe a perceber. Aceitava mas custava-lhe a perceber. Era apenas isso. Mas, pronto, era a posição do Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, e ele respeitava-a muito, como de qualquer outro Vereador. Agora, ele achava que seria muito importante que o Senhor Presidente elucidasse como é que chegaram a esta situação de desequilíbrio nas Receitas relativas a água e saneamento porque, de acordo com o que ele, Vereador Dr. Manuel Henriques, tomou conhecimento e é um documento entrado na Câmara Municipal há muito tempo, os alertas para o desequilíbrio, digamos, da exploração são antigos, são da anterior gestão e houve aqui uma grande irresponsabilidade neste capítulo. E, pronto, tinha a certeza que o Senhor Presidente iria dar o esclarecimento porque, de facto, depois de dado essa informação e esse esclarecimento, achava que teriam que corrigir esse desequilíbrio. Achava que era muito importante perceber a sua posição relativa, face a outros Municipios, digamos, em termos de exploração nestas matérias porque, de facto, o desequilíbrio é imenso, o desequilíbrio é imenso. Eles andaram a fingir aqui vários

anos que, de facto, tinham uma situação equilibrada. Ignoraram os alertas da Entidade Reguladora e têm aqui um problema em mãos. Pronto, no fundo, ele queria dar nota disto que tinham duas posições: ou metiam a cabeça na areia e faziam como fez o último Executivo e deixarem para este Executivo Municipal a batata quente nesta matéria, ou, como está a ser feito, encararam o problema pela frente. Pronto, basicamente, era isto que ele queria transmitir e cumprimentando outra vez aqui os presentes. ----------

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. ----------

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que, relativamente a este assunto, ele começaria por dizer que neste momento podiam estar quase a fazer um pedido de desculpa por aquilo que eles têm aqui. Eles sabiam que quando se candidataram havia desafios. E quando assumiram as suas funções também tinham essa noção. Agora, aquilo que receberam foi muito diferente daquilo que estavam à espera. E o primeiro Orçamento que está aqui a ser feito é um Orçamento totalmente transparente, totalmente transparente. Não há cá verbas nas Outras que possam implicar alguma coisa. Não há cá valores que sejam determinados por outros valores. Aquilo que eles pediram para fazer o Orçamento foi nesse sentido. E não está empolado porque os anteriores é que estavam empolados. Neste momento estão a cumprir aquilo que é necessário fazer para terminar as obras que haviam de ter terminado há 4, ou 5 anos atrás. Essa é que é a verdade. E vão fazer tudo para que este ano as obras estejam terminadas para que para o próximo ano o Orçamento seja ainda mais transparente possível, mais transparente nesse sentido. Agora, neste curto espaço de tempo fazer um Orçamento para aquilo que se propuseram, fruto daquilo que também foram encontrando, das dificuldades que eles viram que têm que acautelar para o futuro em termos do Orçamento, com uma herança que eles receberam, quer estruturalmente, quer em termos financeiras, também muito difícil, é o Orçamento possível e aquele mais transparente que eles apresentam e que eles conseguem apresentar. Porque, hoje sim, hoje sim, o Município de Nelas tem uma grave problema estrutural e financeiro porque a planificação que foi feita levou-os a isso. E quando passarem, só em 3, ou 4 pontos, porque o Senhor Vereador referiu um, ou dois pontos da situação do Orçamento que está tão transparente que se vêm as situações, mas há aqui outras coisas muito mais importantes que não viu, que é as Transferências do Estado para as Autarquias, no caso da Autarquia de Nelas são menos 600.000,00 euros. São Receitas Correntes e de Capital que são menos 600.000,00 euros. Portanto, são menos quase 9% daquilo que se recebeu no ano passado. E no ano passado recebeu-se o contrário, que foi mais 10% daquilo que se recebeu em 2020. Portanto, talvez por ser ano de eleições, ou não, mas foi assim. A verdade é esta. As Despesas de Capital mantêm-se, basicamente, iguais àquelas que estavam feitas porque é o que dizem. O Orçamento quer dizer mesmo isso. É cumprir aquilo que, com as obras que lhes foram deixadas porque não há outra forma de as fazer porque têm que cumprir também com isso. Têm aqui outra novidade que é as responsabilidades do Município perante alguns Fornecedores que, estranhamente, ou não, no último ano aumentaram quase 350.000,00 euros de mais um processo que foi para Tribunal. Têm aqui mais de um milhão de euros que vai para a frente também. Portanto, logo verão depois como é que será feito. As Despesas com o

Pessoal, como o Senhor Presidente disse e bem, as Despesas Correntes são o aumento do Pessoal. Não é de mais nada. Como é que é possível chegarem aqui e dizerem como é que aumentam as Despesas Correntes este valor todo? Então, se fizeram a possibilidade de mobilidade a pessoas, a cinquenta e tal pessoas, 50 Funcionários para mobilidade de Assistentes Operacionais para Técnicos Superiores quando isso acarreta cerca de um milhão de euros de aumento? Naturalmente. De 2019 para este ano foi um milhão e pouco de euros de aumento de Despesas Correntes. E não está a dizer que não tenham razão as pessoas. Não é isso que está aqui em causa. Agora, o acautelamento não foi feito foi antes. Não foi agora. Eles têm aqui uma situação de, neste primeiro ano, muito difícil para salvaguardar as pessoas que têm legítimas esperanças de serem promovidas na carreira., Mas, depois, esquecem-se de outras pessoas que estão aqui há muito mais tempo e que também não são tidas e achadas nisso. Portanto, a justiça que é feita num lado e depois nem sequer há equidade para os outros Funcionários. Portanto, quando fala em termos estruturais também é disso. É das expetativas que as pessoas tinham e que não estão a ser cumpridas. Portanto, não é só a parte financeira que lhes importa mas é tudo o resto que depois funciona em termos de Autarquia. E dizer também que, ainda assim o Orçamento responde às necessidades que o Executivo tinha. A situação da água, da água não, do saneamento, é fácil responder. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, afirmou que só lhe ia dizer aqui: 28 de maio de 2015, quando o Senhor Presidente diz que: Para evidenciar o cumprimento do artigo tal, das alíneas a) e f) do n.º 1, do artigo 98.º. do Regime de Sustentabilidade e Eficiência de Recursos, que é quando se candidata. O que está aqui em causa é: quando há uma candidatura a uma ETAR a Autarquia tem que fazer demonstrar que vai, de futuro, repercutir esses custos para os Municipes. Em 2015, já está aqui: No prazo máximo de um ano a contar da aprovação da candidatura. Em 2015. Estamos em 2022. Portanto, não é de agora. E aqui que estão aqui a fazer foi que no ano passado, a fatura da água, aquilo que estava aqui em termos de aumento de um ano para o outro, o Executivo não está a fazer nada porque nem sequer tem poder para isso, porque há aqui um Estudo também da água, que veio em maio de 2021, maio de 2021 e chegou aos Serviços em outubro de 2021, no dia 6 de outubro, estranhamente. E ninguém sabia de nada. Só sabia o Senhor Presidente da Câmara. Se calhara, o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério também não sabia. Era natural que isso acontecesse às vezes. Agora, a verdade é esta. Não estão aqui a enganar ninguém porque o que eles têm aqui é uma obrigação legal, uma obrigação legal disto, nem é até arrecadar receita porque o que eles vão fazer, o tal regulamento que o Senhor Presidente disse, para beneficiar as pessoas, para não prejudicar as pessoas que não têm recursos para fazes este pagamento. Portanto, a Autarquia vai também suportar uma parte deste valor. Não estão aqui a falar de outras situações. Esta é que é a realidade. E o aumento de um ano para o outro, não há aumento nenhum, aqui não há aumento nenhum porque no ano passado não foi feito nenhum aumento porque se tivesse feito o aumento se calhar estes valores não seriam aqui necessário porque estão a fazer repercussão a 2021 para 2022. Como algumas das despesas que aqui estão são daquelas que estão cá paradas porque não há verba este ano para pagar. É preciso ter essa noção. Não há cabimento para o fazer e têm de ser cabimentadas para o próximo ano. E são cerca de 1,5 milhões de euros. Estão aí valores que vieram desde o dia 18 de outubro, ou até uma semana antes, ou

duas semanas antes, de 2021, para a frente que são cerca de 2 milhões de euros, que não há valores para pagar, não há dinheiro para pagar aquilo. Não havia cabimentos. E têm que ficar nos cabimentos de 2021, fora outro milhão de euros, que nem cabimentos, nem compromissos, nem requisições, nem nada. Portanto, quando o Executivo diz que o Orçamento não é dele, é verdade. Infelizmente, é verdade. Tem aqui um cunho, dirá, das necessidades que as Freguesias também precisavam. Explicaram-lhe a situação. Viram aquilo que era mais urgente para fazer. Mas não consegue chegar a todo o lado. Tomara o Executivo ter a situação, como foi apregoado em 2013 e por esses anos fora, de ter um milhão de euros em caixa para fazer face às necessidades. Era uma beleza. Mas não. Neste momento, não há dinheiro, não há dinheiro, não há Receitas, diminuíram-lhes o FEF e têm cada vez mais Despesas Correntes. E com a obrigação de, mas isso, segunda-feira, depois também chegarão a esse ponto, será outro tema, de outras situações que o Executivo trará aqui à reunião de Câmara. Agora e o principal disto tudo do Orçamento que aqui têm, que chegaram agora, reflete-se numa situação só que é a falta de cálculo de fundos disponíveis. Isto é como em nossas casas, meus amigos. Nós, se tivermos que gastar dinheiro em novembro temos que precaver-nos para novembro. E isto não aconteceu na Câmara Municipal de Nelas nos últimos dois anos. Por isso é que chegaram ao final de 2021 com um milhão de euros sem compromissos, sem cabimentos e sem requisições e 2 milhões de euros empurrados de barriga para a frente de valores. Agora, não sendo obrigatório naquela altura calcular os fundos disponíveis era uma consciência de os fazer porque ele, Vereador Artur Ferreira, também não tem que ser obrigatório fazê-los em sua casa, mas se o fizerem, fica, naturalmente, muito mais fácil de cumprir as suas obrigações. ----------

---- O Senhor Presidente cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que naquele momento estava presente na sala. Deu a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara. ----------

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, cumprimentou todos os presentes, o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aqui presente e os Senhores Funcionários da Câmara Municipal. Afirmou que só queria acrescentar uma coisinha, que o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério disse. Também se manteve a rubrica para as Consultadorias, o que o Senhor Presidente, anteriormente criticava. Isto porque, como o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério deve saber, as Consultadorias têm contratos, protocolos, que só vencem em 2022. Tal como muitas Avenças que o Executivo ainda tem para pagar em 2022. Daí, se calhar, a rubrica se ter mantido. Só isso. Agradeceu. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu os contributos dos Senhores Vereadores. Afirmou que, respondendo a algumas questões, nomeadamente do Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério e algumas delas também já abordadas, dizer que no primeiro Orçamento, em abono da verdade, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, absteve-se. Mas também não é isso que está aqui para ser referenciado. Sobre a questão do preso ao Orçamento empolado, em relação ao Orçamento que esteja empolado dizer que foi aquilo que eles disseram desde o início. É um Orçamento, como eles disseram, que é um Orçamento também de transição. Não é, forçosamente, um Orçamento deles. Tem muito a ver com a questão das Despesas de

Capital com obras que têm que ser concluídas porque há uma obrigação para que isso seja feito nesta altura também. E, portanto, são obras que se foram arrastando de ano para ano. Portanto, o empolamento aqui não é deles. Em abono da verdade não há nenhuma infraestrutura aqui que tenha sido feita com candidatura deles. Eles estão a seguir, somente, a fazer a parte em que o Município tem que ser, que é o Município que é uma Entidade de boa-fé e honrar os compromissos assumidos. Portanto, o valor é, sensivelmente, o do ano anterior. É, na mesma, o que se falou. Mas, não é que seja diferente o pensamento. Este é um Orçamento que é herdado. Há responsabilidades que têm que ser concretizadas. E, portanto, o Município tem que fazer esse seu papel. Não há aqui nenhuma novidade, ou nenhum empolamento daqui da parte do Executivo atual. O aumento da Despesa Corrente, já tinham falado, até no Preâmbulo do Orçamento, deve-se muito ao valor, não estando em causa, obviamente, a justiça da atualização da situação contratual dos Funcionários. Estão a falar de um valor bastante significativo. Foram 50. Feitas 22, que já foram feitas no ano anterior. E 28 que eles vão ter que consolidar este ano, além de outros Funcionários também que terão que ser revistas as suas situações. Sendo isto, basicamente, o grosso do aumento da Despesa Corrente tem a ver com isto e não com outro tipo de Despesas, como o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério bem sabe e como os valores foram devidamente referenciados. Na questão da água e do saneamento, como o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério sabe, há uma obrigação legal da atualização das taxas. Não é propriamente uma questão que eles gostariam muito que fosse já, ou que tivesse que ser, obviamente. Ninguém gosta de fazer atualização de taxas. Mas é uma obrigação legal. O impacto que possa vir a ter não deixa de ser paradoxal porque é um impacto que podia ter sido, eventualmente, ter menos repercussão se tivessem as recomendações tivessem sido seguidas e se se tivesse feito a atualização gradual das taxas da água e do saneamento. E como o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério bem sabe, se isso tivesse sido feito, obviamente, não estariam a falar aqui nestes valores. O que eles estão a falar aqui é na obrigatoriedade, que decorre da Lei, da atualização das taxas que foram sonegadas e remetidas para segundo plano. Em relação, também aqui ainda, aos Estudos, Pareceres e Consultadorias, a Senhora Vice-Presidente Dr.º Elsa Rodrigues também falou sobre isso. Como o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério sabe, a grande maioria desses Estudos, Pareceres e Consultadorias reportam-se também a contratos plurianuais que se mantêm ainda no decorrer de 2022. E também com questões que decorrem dos investimentos, entretanto feitos, que têm que ser compromissos com acompanhamentos. E é disse que eles estão a falar. O cunho pessoal é mesmo este. O cunho pessoal não é o cunho pessoal seu. Estava a falar do Executivo. Ele, Senhor Presidente, gosta de falar na primeira pessoa, mas no plural. E aqui a ideia que havia era mesmo honrar os compromissos e afetar mais o pouco que houvesse de verbas disponíveis para os trabalhos de proximidade. Esta questão do aumento da água e do saneamento está reportada toda para aquela questão que eles falaram. O Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério falou e bem do anterior mandato, nesse mandato anterior andaram a falar várias vezes da necessidade de ser feita essa atualização das taxas de água, que era a recomendação que havia para depois não haver um aumento tão significativo exponencial que, infelizmente, depois teve que vir também para aqui. E também tem a ver, muitas destas questões, com a fatura que tiveram de pagar de água a Mangualde, com os

pagamentos que havia em atraso, na ordem dos 400.000,00 euros e que faz com que o valor da Conta de Gerência também seja menor porque tiveram que fazer este pagamento também. Agradeceu a atenção. Deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que, porventura, não se explicou bem. O Senhor Presidente nunca lhe ouviu dizer que este Orçamento estava empolado. O que ele disse foi que o Senhor Presidente, para o Orçamento de 2021, atendendo aos valores globais que são similares, disse que estava empolado, era irrealista e era enganador. Ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, não disse que estava empolado. E também referiu, naturalmente, que um documento desta importância e sabe que nunca será, nunca é fácil de o construir, considerando também as eleições e o tempo que houve e o hiato que houve das eleições para cá. Ele referiu isso. Ele referiu isso. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira, afirmou que o Orçamento de 2021 também era um Orçamento transparente, também era um Orçamento transparente. E quando se remete a 2015 e depois também vai falar em 2013, ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, não queria falar desses anos, de 2013 e para trás. Não queria. Não queria. E o Senhor Vereador Artur Ferreira também sabe que a Câmara não está obrigada ao cálculo dos fundos disponíveis. Também sabe isso, também sabe isso. E falou também em Despesas com o Pessoal e sabe que houve um Programa para a Regularização dos Precários, o PREVAP. Houve o descongelamento das carreiras e, naturalmente, que houve um aumento da Despesa com o Pessoal. Também sabe isso. Para serem rigorosos, também sabe isso. E quando o Senhor Presidente diz que o Orçamento não é o seu. Não é o seu quando se refere ao Senhor Presidente, naturalmente, ao Executivo, como é óbvio, por quem tem a máxima consideração. Normalmente, fala em nome do Senhor Presidente que representa o Executivo, apesar de ser o Presidente da Câmara e não ser a Câmara. Mas, relativamente a esta sua afirmação explicará depois na próxima reunião. O Senhor Vereador Artur Ferreira estava a falar em Despesa e Receita, mas também aumentou a provisão de algumas Receitas, o IMI, a Derrama, aumentou. Também aumentou. Também aumentou. E também têm que ter aqui uma discussão séria e sabe que vão ter e irão ter sempre, porque quem criou esta questão do tarifário da água já foi o anterior Executivo, uma discussão séria. Ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, sabe muito bem também o que é que o Senhor Presidente referiu durante esse período. Também sabe. E foi explicada a questão da ERSAR. Fruto dos investimentos que o Município estava a fazer na construção de ETAR,s, na construção de ETAR,s existe a Lei que implica que a Receita ter que ser assegurada por isso. E ele sabe muito bem, recorda-se perfeitamente e de uma forma séria e honesta e transparente, séria e honesta e transparente, foi, várias vezes, colocada em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal e em Assembleia Municipal. Falou-se várias vezes na questão da necessidade de ser revista, naturalmente, o preço. De memória, pensa que seriamos o trigésimo terceiro Município do País com a água mais barata. Pede desculpa se estiver equivocado. E também fruto dos investimentos que foram realizados. ----------
---- O Senhor Presidente respondeu a o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério que eles falaram só no aumento gradual. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério afirmou que já tinha dito ao

Senhor Presidente e que depois traria aqui também quando for essa a discussão. E já lhe disse porque também admite que as pessoas evoluam na sua opinião. Mas é interessante referir isso e ver isso. E também quando o Senhor Presidente diz que este Orçamento não é o nosso? Isso é uma desresponsabilização. Que o Senhor Presidente desculpasse lá. O Senhor Presidente, com toda a legitimidade, que desculpasse lá. Era uma desresponsabilização. Que desculpasse lá, o Senhor Presidente podia invocar aquilo que quiser e ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, já disse ao Senhor Presidente que reconhece que é um Orçamento difícil de construção. Houve eleições há relativamente pouco tempo. Naturalmente, seria sempre difícil. Começou por lhe dizer isso na sua primeira intervenção. Agora, o Senhor Presidente dizer que o Orçamento não é nosso, acha que é uma desresponsabilização da ação do Senhor Presidente. ----- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério que não era. ----- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério afirmou que, bom, era um facto. Por isso, só para rematar, então, o que ele percebeu e tacitamente, se estiver errado que o Senhor Presidente lhe dissesse, por favor, foi é que vai haver um aumento. Um aumento, à partida de 47%, 47%, na água, no saneamento e nos resíduos sólidos. Se estiver errado, por favor, por favor, corrija-o. Agradeceu a atenção. ---------- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. ---------- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que só queria fazer, quando se diz e o Senhor Presidente vai falar outra vez sobre isso, o Orçamento não é nosso porque o Orçamento está comprometido com obrigações de cerca de 50%, ou 60%., quer em Despesas de Capitais, quer em Despesas Correntes. E o Executivo não pode fugir nesse sentido. Aliás, não se pode mesmo fugir porque se pudessem, naturalmente eles fariam de uma forma diferente do que está cá. E os custos com o Pessoal aumentaram, realmente, com os Precários, mas o resto não era obrigatório. O resto não era obrigatório. Foi uma decisão do Executivo que assim decidiu. Os Precários sim. E, aliás, se não fosse, na altura, o Senhor Vereador e agora Presidente de Câmara, muitos dos Precários nem sequer estavam nesta situação agora. Para aí 30% dos Precários nem sequer fariam parte disso. Essa é uma situação. Na questão da fatura da água, onde engloba o saneamento e os resíduos e a água, o valor que têm aqui de aumento, ou de projeção de aumento, não quer dizer que se venha a ser feito sobretudo quando ela vai ser aprovada, ou não. Portanto, ainda tem que ser posto à discussão esse tarifário porque ele já cá está desde maio e terão que fazer um Estudo Complementar para isso, que é isso que estão a fazer. E, depois, sim. Portanto, se vai ser aceite, ou não, depende, naturalmente, da Câmara. A Câmara é que tem a decisão nesse sentido. Agora, há uma coisa que é verdade: a decisão é da Câmara, mas a responsabilidade e a obrigatoriedade não é da Câmara. É daquilo que foi contratado desde 2015 para cá. Essa é que é a verdade. Desde 2015 e foi sempre discutido e houve sempre a intenção de meter, ou na gaveta, como foi o Estudo, ou empurrar com a barriga para a frente. Agora, o que têm aqui é duas situações concretas, neste caso concreto, que é, ou devolvem a componente financeira, de financiamento que lhes foi dada, ou têm que fazer uma atualização dos valores dos resíduos e do saneamento. É tão simples quanto isso. Portanto e estão a falar de milhões de euros, milhões de euros. E só por causa do empolamento, depois o Senhor Presidente também dirá, este aqui não é empolado, este

Orçamento porque se fosse empolado, a única Despesa de Capital que ainda não está contratada, que está cá, são a reutilização da água, que está cá e mais nenhuma porque as outras que estão previstas fazer, diz a Lei e o cuidado e o bom senso que é pô-las como não definidas. Mas agora estão cá todas as obras e mesmo obras de proximidade, porque também é importante ver isso. Há algumas obras que eram necessárias e que eram pedidas pelas Freguesias também cá estão já abertas algumas rubricas. E para reforçar só aquilo que o Senhor Presidente disse da fatura da água do ano passado a Mangualde, se fossem a falar nisso era importante saber porque é que o Senhor Presidente da Câmara passou uma fatura de 400.000,00 euros à Câmara de Mangualde da venda de água, quando Nelas não vende água a ninguém. Portanto, quer contabilisticamente, quer de transparência, vê-se muito porque é que depois a Receita da água baixou naquele ano e porque é que deu saldo positivo as Contas de 104.000,00 euros, foi isso. Porque se não fosse isso dava o tal prejuízo de 300.000,00 euros, que foi calculado faz agora um ano, provisionado, na apresentação do Orçamento. E, aí sim, depois a transparência depois já é difícil. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Vereadores. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, afirmou que quando este Orçamento não é o nosso, acha que deu para perceber, o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério sabe isso perfeitamente, mas ele, Senhor Presidente, não tem problemas nenhuns em dizer a mesma coisa. O Orçamento é o Orçamento Municipal, como é óbvio. Agora, o sentido que foi dado foi no sentido que eles têm muitas condicionantes do que vem de trás. É nesse sentido que estão a dizer que faz com que o Orçamento não seja completamente como eles desejariam e que têm que se honrar os compromissos. Há questões que estão comprometidas e que têm que ser salvaguardadas. E, portanto, era nesse sentido. Acha que foi bastante claro. E não percebe também, sinceramente, porque é que o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério insiste nisso porque percebeu perfeitamente qual era a aceção do que foi referenciado sobre o Orçamento. E dizer, obviamente, que em algumas questões, inclusivé alguns investimentos que estão consignados e que o Executivo tem que levar para a frente, se calhar, se fossem só deles, podiam, eventualmente, não os fazer, ou fazer outros. Agora, honram é compromissos e honram compromissos e questões que estão assumidas. Daí, essa referência à forma como eles falaram. Além de que também lhe poderia dizer que há muita questão que agora também está com custos que têm a ver com equipamentos municipais, que estavam deteriorados e que têm agora com custos acrescidos, inclusivé até com equipamentos novos com despesas acrescidas, quer no Parque de Caravanismo, quer no Centro de Recolha Oficial, quer nos Mercados, como lhe disse, quer nos equipamentos como as Piscinas, que precisam de obras de valor também significativo. Portanto, o que eles estão a dizer é que sim. Eles honram os compromissos que estão assumidos e é nesse sentido que muitas das coisas que transitam do anterior não são, completamente, questões que eles, se calhar, muitas delas preconizariam. Acha que é claro. Agora, o Orçamento é um Orçamento Municipal. Claro que é um Orçamento Municipal. Sobre a questão do aumento do tarifário da água, acha que eles já falaram também disso. Obviamente, ninguém gosta de estar associado a aumento de taxas, ou de impostos. Agora, há uma obrigatoriedade legal que faz com que seja feita essa atualização em 2022. E, portanto, é uma questão que se tivesse sido feita com planificação teria um

impacto público menor, até porque decorre do que está obrigatoriamente exposto. E assim obrigará a que a atualização tenha que ser feita de uma forma mais abrupta, contrariamente áquilo que eles desejariam. Que lhe deixasse dizer, como o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério também sabe e como invoca isso, foram defendendo também o aumento gradual do tarifário da água ao longo do último mandato. Não sabia se deixou esclarecimentos cabais ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, mas, para já era isso que lhe aprazia dizer. Deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, naturalmente, que a Câmara, isso é comum e todos eles aceitam isso, que a Câmara tem compromissos e, naturalmente, qualquer Executivo que chegue aqui, isto não é uma tábua rasa, como é óbvio, isto é a Câmara Municipal. Existem compromissos. Naturalmente, que há uns que foram iniciados pelos Executivos anteriores e que, eventualmente, como qualquer em outra situação, eventualmente não seriam seguidos por Executivos novos. É, naturalmente, que isso aconteça. A dinâmica da Câmara é assim. Agora, o Senhor Presidente não chegava aqui e isto era uma tábua rasa, como é óbvio. O Senhor Presidente reconhece isso. Poderiam não ser algumas das suas opções, mas não é uma tábua rasa. Relativamente a essa questão da água com Mangualde, dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira, ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, solicitava-lhe que pedisse, que solicitasse ao Senhor Presidente, daquilo que ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, sabe, relativamente a essa questão. Pensa que seria uma Nota de Crédito porque houve comunicações com a Câmara Municipal de Mangualde acerca desse assunto e ele pedia-lhe que solicitasse ao Senhor Presidente essas comunicações para ficar informado o que é que se passou porque isso parece que tinha a ver com o protocolo e interpretação do protocolo que havia entre a Câmara Municipal e Mangualde relativamente à distribuição da água e ao preço da água. Pensa que tinha a ver com isso. Pensa que tinha a ver com isso. Diferentes interpretações relativamente a isso. Por isso, quando o Senhor Vereador Artur Ferreira fala acerca disso e tentar criar aqui uma neblina acerca, que, eventualmente, isso foi utilizado para desmascarar outras coisas quaisquer, pensa que terá a ver com isso, honestamente. Pensa que tem a ver com isso. Pensa que tem a ver com isso. E, mais uma vez para reforçar, dirigindo-se ao Senhor Presidente, ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, nunca disse que este Orçamento estava empolado. O que ele disse foi que o Senhor Presidente, para o Orçamento de 2021 e falando em termos de valores globais, dizia que era um Orçamento irrealista e enganador. E até disse mais coisas que ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, não ia aqui repetir. Por isso é que ele se vai abster até de reproduzir aqui esses comentários. Ficou a saber, então, todos eles ficaram a saber que vai haver um aumento de, em princípio, nestas três rubricas, de 47%, grosso modo, de água, saneamento e resíduos sólidos. ----------
---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério que não. -------
---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente. -
---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. ----------
---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que o orçamentado porque ele quando explicou aquilo da fatura, a verdade é essa e está documentado. A fatura veio devolvida e não foi feito mais nada

porque se fosse uma Nota de Crédito, como eles têm feito agora já, muito bem. Agora, uma fatura não pode ser. O Executivo não vende nada à Câmara de Mangualde. E, aquilo que foi feito foi só para efeitos contabilísticos da Conta de Gerência. Mais nada. Mais nada. E o que foi orçamentado no ano passado e aquilo que foi executado tem muito a ver com isso. Foi orçamentado no ano passado 1.425.000,00 euros para essas três rubricas, 725.000,00 euros, 200.000,00 euros e 500.000,00 euros. E foi, para este ano tem 1.700.000,00 euros. Portanto, não são os 47%. Estão a falar de duzentos e poucos mil euros, 1.700.000,00 euros. Saneamento: 750.000,00 euros. Resíduos sólidos: 520.000,00 euros e 900.000,00 euros de água, 1.700.000,00 euros. 1.900.000,00 euros, sim, sim. Tinha razão. Mas mesmo assim não dá os 47%, 500.000,00 euros não são 47%. Mas o que está aqui em causa é o Orçamento, não é a Conta, é o Orçamento. E, depois, não, estão a falar do Orçamento porque a Conta, sabem como é que ela foi feita na parte da água. Isso, sabem como é que foi feita. Os 400.000,00 euros foram abatidos naquela Conta. Isso, sabem como é que foi feita. E não foram regularizadas. Da mesma forma como o valor que havia de ter sido atualizado este ano, não foi. Por tudo, é que e o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério sabe que há rácios que têm que ser cumpridos até 97%. Se tivessem sido feitos 70% no ano passado era uma coisa. Não tendo sido feitos os 70% no ano passado, eles, este ano, têm de chegar aos 90% porque é o que diz a ERSAR. Portanto, se vão lá chegar, ou não? Agora, têm de justificar, como já justificaram algumas, tiveram que justificar esta situação, têm que justificar. Se vão chegar a este valor, ou não? Logo verão. Há uma coisa que é verdade. Não é a bater sempre na mesma tecla. Mas a verdade é que o Orçamento que está aqui a ser feito é com estas obrigações que eles têm do ano passado para cumprir para o próximo ano. De 2021 para cumprir em 2022. Essa é que é a verdade. Porque se não fosse assim, naturalmente que estes valores seriam muito inferiores. ----------

---- O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vice-Presidente. ----------

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, afirmou que só queria dizer que, pelo que lhe parece, este aumento que irá surgir, ou se poderá surgir, pensa que não é uma vontade deste Executivo, mas uma obrigatoriedade no sentido de assumir os compromissos e cumprir as responsabilidades que se lhes apresentam. Quanto ao facto disto não ser uma tábua rasa, é verdade. Não era e eles também não estavam à espera disso. O problema é que, não é o problema de dar continuidade aos compromissos assumidos pelo anterior Executivo. É dar continuidade a compromissos megalómanos, com valores megalómanos, para fazer investimento que, muito dele, se calhar, em termos práticos, não se justifica, como por exemplo o Reservatório da Água. Só um deles, por exemplo. E isso é que, s calhar, colocou estes problemas todos em termos de compromissos que, efetivamente, são difíceis de assumir e de cumprir que, depois, na prática, resumem-se a nada, ou a quase nada. Só isso. ----------

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel Henriques. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Alexandre Henriques afirmou que só queria dizer e aqui, concordando, absolutamente, com o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério a 100% que este debate está a ser muito produtivo. Acha que a ata desta reunião, obviamente, é muito esclarecedora e a situação que foi apontada pelo Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira

relativamente àquela fatura à Câmara Municipal de Mangualde é, de facto, um assunto peculiar, mas ele, Vereador Dr. Manuel Henriques, aqui, nesta parte, concorda com o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, só lamenta é uma coisa: É não estar aqui o Senhor Dr. Borges da Silva porque o Senhor Dr. Borges da Silva, conhecedor profundo, até mais, o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério perdoa-lhe isto, que esteve bastante tempo na Vereação, conhecedor profundo das Contas do Município e de todas estas variáveis, perdem aqui os Municípes perante a ausência de um Vereador, democraticamente, eleito, num documento tão importante, como é o Orçamento, perdem o seu valioso contributo pelo esclarecimento destas situações que, como todas as coisas na vida, são passíveis de interpretações diferentes. E, isto, ele lamenta porque ele percebe que todos tenham compromissos profissionais e pessoais e muitas vezes as justificações são o que são. Mas ele, Vereador Dr. Manuel Henriques, acha que eles têm que ter muita atenção a estas justificações porque eles todos que estão aqui, Vereadores do Executivo, a tempo inteiro, não Executivos, podendo, obviamente, estar a fazer outras coisas, mas estão aqui pelo dever perante os Municipes e é, de facto, uma perda muito grande para todos eles, para todos eles, não poderem ouvir aqui de viva voz neste momento maior do ano que é a aprovação de um documento financeiro, de esclarecimentos do Dr. Borges da Silva. E acha que isso deve ser, deve ficar devidamente registado e os Municipes perceberem que o Senhor Vereador desinteressou-se completamente pela vida do Município. Era isso que ele tinha para dizer. Agradeceu a atenção. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Henriques. Afirmou que não sabia se mais algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar, ou se ficam por aqui. Deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério, dirigindo-se à Senhora Vice-Presidente, afirmou que, só 10 segundos, só 10 segundos. Naturalmente que a Senhora Vice-Presidente tinha a sua opinião relativamente ao Reservatório e a tudo o resto. E bem, E bem. Como é óbvio, como é óbvio, deve ter. Mas quando fala em investimentos megalómanos, foi a expressão utilizada, investimentos megalómanos, ele, Vereador Dr. Fernando Silvério não sabia se a Senhora Vice-Presidente estava por dentro da problemática da água na Região e, sobretudo, para o Concelho de Nelas. E estão a falar de uma infraestrutura de equipamento extremamente importante para o Município e que, ainda mais, foi construído com candidaturas. Por isso, quando fala em investimentos megalómanos está-se a referir, para ele, na sua opinião, modesta opinião, a um equipamento extremamente importante para o Município. E outros, e outros que foram feitos, não ia fazer aqui uma resenha, nos últimos 4 anos de investimentos que foram realizados em infraestruturas no Ciclo Urbano da Água. Infraestruturas que este Município já necessitava há muitos anos, há muitos anos, há muitos anos. E ele não queria falar também de outros anos para trás porque acha que isso também não acrescenta muito à discussão. Naturalmente, temos que saber como se passou, da forma como se passou, do projetar o futuro, naturalmente. Mas não consegue concordar com a Senhora Vice-Presidente, que os investimentos megalómanos. Se se está a referir às ETAR,s, se está a referir a todos os outros projetos que se realizaram, ou que estão a ser realizados, tem que discordar com a Senhora Vice-Presidente. Não é essa a divisa que ele tem para o

Concelho. Agradeceu a atenção concedida. ----------

---- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, afirmou que, só para rematar, só para lhe dizer assim: Pronto, na Prestação de Contas, vão comparar depois com a Prestação de Contas. Os Orçamentos vão comparar com os Orçamentos. Na água, no saneamento e nos resíduos sólidos o aumento não é de 47% em relação a 2021. Mesmo o valor que falou era 1.420.000,00 euros e 1.970.000,00 euros. Portanto, não é, seguramente, os 47% que o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério falou. Eles estão a falar do Orçamento com Orçamento. Quando for Conta de Gerência, com Contas de Gerência. É o que faz sentido. Volta a dizer ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério que o Orçamento é um documento previsional. Portanto, há um Orçamento. O que está a comparar é o que estava consignado no Orçamento para 2021 e o que está para 2022. E o que foi dito foi que esse aumento tem a ver com a questão da água e saneamento e que não foi, se calhar, devidamente acautelado o aumento progressivo que evitaria isso. E acha que é demasiadamente plausível e percebe-se também a responsabilidade que há do anterior Executivo que poderia ter ido balanceando, introduzindo, gradualmente, a atualização da conta da água de forma a não terem que, obrigatoriamente, fazê-lo de uma forma mais abrupta porque também ninguém o desejaria. Acha que isso é também intelectualmente honesto dizerem as coisas como elas são neste sentido. E, portanto, Orçamento com Orçamento e o porquê. O porquê desta obrigação legal da atualização de taxas, que também era preferível que também não fosse obrigatório ser feito desta maneira, para continuarem a empurrar o problema para a frente. Dito isto, se não houver mais alguma intervenção, colocaria à votação as Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2022. ----------

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral e dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Alexandre Henriques, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e Artur Jorge dos Santos Ferreira e duas abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Fernando António Pais Silvério e Dr.ª Maria Salomé de Almeida Simões, aprovar as Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2022. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério vai enviar, no prazo legal, a sua declaração de voto. ----------

---- Posteriormente a esta reunião de Câmara, no dia 30 de dezembro de 2021, os Senhores Vereadores Dr. Fernando António Pais Silvério e Dr.ª Maria Salomé de Almeida Simões, enviaram, via e-mail, a declaração de voto que a seguir se transcreve: ----------

---- "DECLARAÇÃO DE VOTO ---------- ---

---- 1.3 - Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 ----------

---- O Orçamento Municipal, constituindo um importante instrumento de planeamento e gestão financeira deve encerrar em si os meios adequados para implementar as melhores respostas às necessidades e expetativas da comunidade. ----------

---- Considerando, presumivelmente, o hiato temporal desde as últimas eleições autárquicas até à apresentação deste orçamento, verifica-se, na sua globalidade, que se trata de uma continuidade do orçamento de 2021. De verificar, no entanto, que existem alguns indícios que

nos transmitem alguma preocupação, nomeadamente o aumento exponencial da receita com as rubricas da água, saneamento e resíduos sólidos, apresentado sem qualquer documento de suporte para este facto. De salientar, ainda, o aumento substancial da despesa nas rubricas Seminários, exposições e similares e Outros trabalhos especializados, sem qualquer explicação ou argumento para essa necessidade. Deste modo, no cômputo geral, é evidenciado um aumento considerável no que diz respeito às despesas correntes o que não augura uma trajetória financeira sustentável a médio prazo. ----------
---- De salientar que este é o primeiro orçamento da gestão deste Executivo em funções, democraticamente eleito, e este é o seu orçamento, e que a atividade política deve ser marcada pela responsabilidade mas também pela tolerância democrática. ----------
---- Desta forma, os Vereadores do Partido Socialista abaixo mencionados, abstêm-se na votação deste ponto. ----------
---- Nelas, 30 dezembro 2021." ----------

2 – RECURSOS HUMANOS

2.1.MAPA DO PESSOAL PARA O ANO DE 2022 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente o Mapa de Pessoal para o ano de 2022. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que o Mapa de Pessoal para 2022, a proposta que o Executivo trás é também da transição, particularmente, com a parte das mobilizações e do Quadro do Pessoal. Terão, também, brevemente, no próximo ano, uma alteração ao Mapa de Pessoal. Mas, para já, a ideia que houve foi, particularmente, fazer a fixação dos compromissos, uma vez mais assumidos, que tem a ver com as mobilidades. E é esse o documento que está aí plasmado. Os Senhores Vereadores receberam e as Senhoras Vereadoras, naturalmente, receberam o documento, analisaram-no e se houver alguma questão que gostassem de colocar, que dispusessem. Tentarão esclarecer, se for caso disso. Se não for, colocariam o documento à discussão. Deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. ----------
---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que só dizer, sobre o Mapa de Pessoal, uma situação. Aqui, apesar de não poder dissociar quem estava no Executivo anterior, mas queria também direcionar para a pessoa que não está cá. As promessas que foram feitas a estes Trabalhadores só hoje, com a aprovação do Mapa de Pessoal, vão ser satisfeitas porque quando foram iludidos que teriam a sua situação resolvida era mentira porque nem sequer estavam no Mapa de Pessoal nesta situação. Só hoje é que são resolvidas estas situações, se for aprovado o Mapa de Pessoal, hoje e na Assembleia Municipal, claro. Mas, para ver também, até que ponto, quanto a transparência. Quando eles falam em transparência é em tudo. Não é só na parte financeira. É toda a parte da Autarquia. ----------
---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Dr. Fernando Silvério. ----------
---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que era só dizer que não se revia nas palavras do Senhor Vereador Artur Ferreira no que diz respeito à transparência e o que ele quis dizer com

isso. De todo. ----------

---- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, afirmou que julgava que, não era Advogado de Defesa do Senhor Vereador Artur Ferreira, nem ele precisa também de Advogado de Defesa nessa matéria. O que eles estavam aqui a falar foi das expetativas que foram criadas para um conjunto grande de Trabalhadores. Julga que foi nesse sentido também que o Senhor Vereador Artur Ferreira estava a falar e que parte foi concretizada e o grosso da coluna não foi e é agora regularizado. Supõe que era até nessa aceção que o Senhor Vereador Artur Ferreira estaria a falar. E as promessas que foram feitas e não foram concretizadas. Acha que é disso que estão a falar. Sobre o Mapa de Pessoal para o ano de 2022, põe-no, então, à votação. ----------

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral e dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Alexandre Henriques, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues e Artur Jorge dos Santos Ferreira e duas abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Fernando António Pais Silvério e Dr.ª Maria Salomé de Almeida Simões, aprovar o Mapa do Pessoal para o ano de 2022. -----

---- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, afirmou que ficava só uma pergunta: Sendo que este Mapa de Pessoal, que lhe permitisse um comentário só, se lhe for permitido. Sendo que o Mapa de Pessoal que está aqui, grosso modo, contempla promessas, na aceção que estavam a falar, promessas que foram feitas e que não foram cumpridas e que, neste momento, são assumidas e não havendo alteração substancial, que deixasse dizer-lhe que acha estranho a sua abstenção, embora a respeite, naturalmente. Deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que, naturalmente, enviará uma declaração de voto relativamente a este ponto. ----------

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. ----------

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que o seu voto foi favorável, naturalmente, não podendo deixar de estranhar aquilo que o Senhor Presidente disse e que só reforça aquilo que ele diz: Quando foram criadas as expetativas aos Funcionários, há cerca de um ano atrás, que criou a mobilidade, se à partida tivesse ganho o Partido Socialista, o anterior Executivo, não seriam satisfeitas essas expetativas. ----------

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério afirmou que achava que era uma interpretação abusiva, dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira. Era uma interpretação abusiva e até um bocadinho maldosa aquilo que aquilo que acabou de dizer, até porque quem propôs isso foi o anterior Executivo, quem propôs isso foi o anterior Executivo. Por isso, quando o Senhor Vereador Artur Ferreira conclui que se, eventualmente, o anterior Executivo e os candidatos tivessem ganho as eleições isto não se concretizaria, concretizaria. E acha que é uma interpretação abusiva da parte do Senhor Vereador Artur Ferreira e que não corresponde, de todo, à realidade. Não corresponde, de todo, à realidade. Admite que foi um processo difícil, foi um processo difícil. Mas não corresponde, de todo, à realidade. Queria-lhe dizer isso também. ----------

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério se lhe podia,

então, perguntar nesse sentido, porque é que no Mapa de Pessoal, que é substancialmente em linha de conta com os anteriores e que a única parte significativa é a consolidação das mobilidades que não foram consolidadas no ano anterior, porque é que acha a interpretação do Senhor Vereador Artur Ferreira abusiva, uma vez que a linha de pensamento do Mapa de Pessoal é diferente do que aquela que vinha sendo até agora? Portanto, o que faz sentido é, pode achar que a forma de expressão possa ser diferente. Agora, o inferimento que está, ou que foi feito pelo Senhor Vereador, faz todo o sentido porque a grande alteração que está aqui é, havia um conjunto de pessoas a quem foi criada uma expetativa que foi concretizada para uma parte, para uma parte menor, digamos assim, até, dos Funcionários. E, agora, tendo sido também falado que seria depois essa parte regularizada, estão a propor a regularização e para eles, estranhamente, esse voto de abstenção, quando o que estão a fazer também é honrar os compromissos assumidos. Daí, que o que foi inferido pelo Senhor Vereador, independentemente dos juízos valorativos que possam ser feitos, é uma assunção que pode ser levada em linha de conta que não haveria, se calhar, essa intenção de colocar esses Funcionários no Quadro. Deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério afirmou que só queria 10 segundos, só para terminar da sua parte. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que, como o Senhor Presidente bem sabe, o Mapa de Pessoal está intimamente ligado ao Orçamento, intimamente ligado ao Orçamento. E com a abstenção não está a inviabilizar isso. Pelo contrário. E recorda-se aqui votações do Mapa de Pessoal em que houve votos contra. E também se o Senhor Presidente quisesse podia-lhe recordar isso. E também se o Senhor Presidente quisesse podia-lhe recordar isso. Por isso, esse discurso do Senhor Presidente, se o deixar concluir, podia-lhe também relembrar isso. E com esta abstenção, de todo, de todo e as pessoas conhecem-no e as pessoas conhecem-no, de todo, pode assumir que era para inviabilizar. Pelo contrário, está a dizer que é um documento que está intimamente ligado ao Orçamento, como o Senhor Presidente bem sabe, como o Senhor Presidente bem sabe. --------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério que está intimamente ligado ao Orçamento, mas que resolve questões em particular. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério continuou: e bem e daí a abstenção, como é óbvio, para que ele se concretize, para que ele se concretize. O Senhor Presidente podia agora fazer a associação que entender, os juízos que entender, naturalmente, é óbvio. Agora, ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, não pode aceitar é que, se tivessem ganho, isso não se concretizaria. Deram provas, deram provas, no anterior mandato, que isso é errado, que isso é errado, é errado. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério que se tivessem concretizado as mobilidades que foram criadas, se calhar, ele teria feito dessa maneira. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério continuou: isso é errado, isso é errado. Por isso, o Senhor Presidente podia tentar aí arranjar os argumentos e naturalmente, faz parte também. Mas era isso que lhe queria dizer. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério que não eram argumentos. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério continuou: e também lhe podia relembrar, se o Senhor Presidente quisesse, na próxima reunião de Câmara, os votos contra, contra Mapas de Pessoal e as razões, e as declarações de voto também, que são sempre interessantes as declarações. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério que não precisava. Que, agora, se não se importasse, para concluir e encerrar o processo, é dizer, precisamente, essa questão. Obviamente que os Mapas de Pessoal estão ligados com o Orçamento. Mas como o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério viu no Mapa de Pessoal, mas como viu no Mapa de Pessoal, o que está, a única alteração mesmo nesta questão dos Mapas de Pessoal, tem a ver com a questão da mobilidade dos Funcionários e da sua efetivação. Portanto, se não foi feito no ano passado e só feito, parcialmente e não foram na totalidade e agora honram-se os compromissos, o que seria natural era uma aprovação do que foi feito nesse pressuposto, não noutro. E, depois, com todos os valores que lhe estão associados em termos de Orçamento. Acha que isso é, claramente, inequívoco e sem grande contestação, digamos assim. Pronto, estava encerrado o processo do Mapa de Pessoal e das votações. ----------

3 – DIVERSOS

3.1.PROPOSTA DE REGIMENTO DE FUNCIONAMENTO DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL – EIVL – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 15712, datada de 16/12/2021, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Proposta de Regimento de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local – EIVL ----------

---- A nomeação da Equipa para a Igualdade na Vida Local consta do Protocolo de Cooperação para a Igualdade e Não Discriminação assinado entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e o Município de Nelas, assinado em 14 de maio de 2021. ----------

---- Consta das obrigações do Município, previstas nas alíneas a) e b) da cláusula quarta do referido protocolo: ----------

---- 1. Nomear dois/duas Conselheiros/as Locais para a Igualdade, mediante despacho do Sr. Presidente da Câmara, conforme referido no artigo 4º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2010, de 25 de maio, que devem atuar de forma articulada para os efeitos do Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade: ----------

----- a. Conselheiro/a Interno/a, com contrato de trabalho em funções públicas e ocupando cargo de direção na Câmara Municipal, assumindo a função de ponto focal do Município para articulação regular e permanente com a CIG e/ou outra entidade que esta venha a indicar; -----

---- b. Conselheiro/a Externo/a com competência especializada nas áreas do Protocolo; --------

---- 2. Criar uma Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), cabendo à Câmara Municipal a definição e aprovação dos termos de funcionamento da equipa, dotando-a dos recursos e meios necessários ao exercício das suas funções, levando ao conhecimento da

respetiva Assembleia Municipal, de acordo com o nº 5 da cláusula quinta. ----------
---- Assim, considerando o referido anteriormente no ponto 2., designadamente, quanto à obrigação da criação da EIVL e, no pressuposto do contributo para a concretização da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 "Portugal +Igual", aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, no seu artigo 33º, n.º 1, alínea q), que define que as autarquias locais asseguram a integração da perspetiva de género em todos os domínios da ação do Município, designadamente através da adoção de Planos Municipais para a Igualdade, e nos termos do artigo 25º, n.º 1, alínea h), propõe-se que a Câmara Municipal aprove os termos de funcionamento da Equipa, constantes da Proposta anexa, levando-os ao conhecimento da Assembleia Municipal. ----------
---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª." ----------
---- Presente, também, a Proposta de Regimento de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local de Nelas, que a seguir se transcreve: ----------
---- "PROPOSTA de REGIMENTO DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL DE NELAS ----------
---- NOTA JUSTIFICATIVA ----------
---- A promoção de uma efetiva igualdade entre mulheres e homens constitui um dever fundamental do Estado no âmbito da defesa e promoção dos direitos humanos, revelando-se de extrema importância a valorização da temática da igualdade de género nas políticas públicas de âmbito local. ----------
---- Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as autarquias locais promovem os interesses próprios das respetivas populações e asseguram integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de Planos Municipais para a Igualdade e a Não Discriminação (PMIND). ----------
---- Na sequência do protocolo de cooperação para a Igualdade e a Não Discriminação celebrado a 14 de maio de 2021, entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Nelas, e de forma a dar cumprimento ao estipulado no n.º 5 da sua cláusula quinta, decorre a necessidade de definir os termos de funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), enquanto garante da promoção, execução, monitorização e avaliação da implementação de medidas e ações que concorram para a territorialização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 "Portugal + Igual" (ENIND). ----------
---- CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS ----------
---- Artigo 1.º - Âmbito ----------
---- O presente regimento estabelece os termos de funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), de acordo com o disposto no n.º 5, da cláusula quinta, do protocolo de cooperação para a Igualdade e a Não Discriminação, estabelecido entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Nelas. ----------
---- Artigo 2.º - Definições ----------
---- A EIVL é nomeada pelo Presidente da Câmara Municipal com a finalidade de promover a igualdade a nível local e assegurar a implementação do Plano Municipal para a Igualdade e a

Não Discriminação (PMIND). ----------

---- Artigo 3.º - Composição ----------

---- 1. A EIVL é composta por 5 a 10 pessoas, nomeadas pelo Presidente da Câmara Municipal. ----------

---- 2. Integram a EIVL, designadamente: ----------

---- a) Presidente da Câmara Municipal ou Vereador/a com a área da igualdade; ----------

---- b) Conselheiros/as Locais para a Igualdade; ----------

---- c) Dirigentes da Câmara Municipal, designadamente das áreas dos recursos humanos, cultura, desporto, intervenção social, informática, comunicação e educação; ----------

---- d) Até três elementos com reconhecida competência técnica e/ou especialização nas áreas de intervenção da igualdade e não discriminação, cuja escolha é articulada previamente com a CIG, de entre: ----------

---- I. Um/a investigador/a ou especialista; ----------

---- II. Um/a representante de ONG com intervenção nos domínios da ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, sedeada ou a desenvolver atividade no Município; ----------

---- III. Um/a representante de ONG com assento no Conselho Consultivo da CIG ou especialista da bolsa de especialistas da CIG. ----------

---- 3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores podem, ainda, integrar a EIVL, representantes da Assembleia Municipal, até ao máximo de quatro pessoas, a indicar por aquela ao Presidente da Câmara Municipal, sendo que pelo menos uma deverá ser Presidente de Junta de Freguesia. ----------

---- Artigo 4.º - Competências ----------

---- São competências da EIVL propor, conceber, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as medidas e as ações desenvolvidas no âmbito do PMIND. ----------

---- Artigo 5.º - Representatividade ----------

---- O Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador/a com a área da Igualdade promove o assento da EIVL no Conselho Local de Ação Social (CLAS) e outros fóruns locais existentes, nos termos legais e regulamentares a aplicar. ----------

---- CAPÍTULO II – FUNCIONAMENTO ----------

---- Artigo 6.º - Presidência da EIVL ----------

---- 1. As reuniões da EIVL são presididas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo/a Vereador/a com a área da Igualdade, que convoca e dinamiza o plenário. ----------

---- 2. No caso de falta ou impedimento das pessoas referidas no n.º 1, a presidência é assumida por um/a dos/as Conselheiros/as Locais para a Igualdade. ----------

---- Artigo 7.º - Forma de Funcionamento da EIVL ----------

---- 1. A EIVL funciona em plenário. ----------

---- 2. As pessoas que constituem a EIVL não podem fazer-se representar por outras em caso de impedimento. ----------

---- 3. A EIVL reúne de três em três meses e a convocatória deverá ser feita por correio eletrónico com a antecedência mínima de cinco dias úteis, dela devendo constar a ordem de trabalhos da referida reunião. ----------

---- 4. A EIVL reunirá presencialmente ou por videoconferência. ----------

---- 5. Em caso de necessidade, poderão ser realizadas reuniões extraordinárias, devendo a convocatória ser feita com a antecedência mínima de dois dias úteis. ----------

---- 6. De todas as reuniões será lavrada a respetiva ata, aprovada pelos presentes em plenário, devendo as mesmas conter um resumo de tudo o que nelas tenha ocorrido e seja relevante para conhecimento, bem como a data e local da reunião, a ordem de trabalhos, elementos presentes e deliberações tomadas. ----------

---- 7. A todas as atas será anexada a respetiva folha de presenças. ----------

---- 8. As atas são assinadas pelo Presidente e, na sua ausência, pela pessoa que o substituiu na reunião. ----------

---- 9. Sempre que pertinente, e em concordância com as restantes pessoas que constituem a EIVL, o Presidente da EIVL poderá convidar outras organizações para os plenários, de acordo com as temáticas identificadas, com o estatuto de entidades convidadas. ----------

---- 10. As entidades convidadas não terão direito a voto. ----------

---- Artigo 8.º - Quórum ----------

---- A EIVL delibera validamente com a presença da maioria dos seus elementos. ----------

---- Artigo 9.º - Empate na Votação ----------

---- Sempre que se verifique empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade. ----------

---- Artigo 10.º - Faltas ----------

---- É obrigação dos elementos a justificação de eventuais faltas no prazo de cinco dias após a ocorrência da mesma, para o igualdade@cm-nelas.pt . ----------

---- Artigo 11.º - Direitos e Deveres das Pessoas que Integram a EIVL ----------

---- 1. Constituem direitos das pessoas que integram a EIVL: ----------

---- a) Estar presente em todas as reuniões plenárias; ----------

---- b) Ser informado/a de todos os projetos, medidas e programas de intervenção do território, relacionados com a igualdade e a não discriminação; ----------

---- c) Aceder a toda a informação produzida no âmbito da EIVL. ----------

---- 2. Constituem deveres das pessoas que integram a EIVL: ----------

---- a) Estar presente em todas as reuniões plenárias; ----------

---- b) Informar as restantes pessoas da EIVL de todos os projetos, medidas e programas de intervenção do território relacionados com a igualdade e a não discriminação; ----------

---- c) Participar ativamente na realização e atualização do PMIND; ----------

---- d) Colaborar na elaboração, implementação e concretização do PMIND. ----------

---- Artigo 12.º - Disposições Finais ----------

---- As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente regimento serão resolvidas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Vereador/a com a área da Igualdade. ----------

---- Artigo 13.º - Entrada em vigor ----------

---- O presente regimento entrará em vigor no dia seguinte à sua aprovação pela Câmara Municipal.” ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que era um documento que tem a ver com alguma celeridade também que venha aqui nos Diversos. A proposta de Regimento de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local tem a ver com o Protocolo de Cooperação para a Igualdade e

Não Discriminação, assinado entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e o Município. E tem um conjunto de pessoas. É uma Equipa que é constituída por um Conselheiro Interno e um Conselheiro Externo e uma Equipa de Técnicos da Autarquia, que se propõe que a Câmara Municipal aprove os termos de funcionamento da Equipa, constantes da Proposta anexa, levando-os ao conhecimento, depois, também, da Assembleia Municipal, na próxima segunda-feira. A Equipa é constituída pelo Senhor Presidente da Câmara e em sua substituição, pela Senhora Vice-Presidente da Câmara, que é também ela a indicada como o Elemento Interno, sendo o Elemento Externo a Senhora Dr.ª Infância Pamplona. E, depois, constituído por um conjunto de Funcionários do Serviço da Câmara Municipal de Nelas. Perguntou á Senhora Vice-Presidente, Dr.ª Elsa Rodrigues, se queria aumentar informação sobre isto, por favor. Deu a palavra à Senhora Vice-Presidente. ----------

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, afirmou que só queria dizer que era um Projeto que era o Mais Igualdade. É desenvolvido pela CIM em parceria com os 14 Municípios. E o objetivo é assegurar e integrar a Igualdade de Género em todos os seus domínios. E, por isso, surge a necessidade, então, de elaborar um Plano e avaliar e executar esse mesmo Plano. E, para tal, foi, então, criada esta Equipa que acabou de ser mencionada pelo Senhor Presidente e que procurou ser uma Equipa, procuraram construir uma Equipa bastante diversificada no sentido de incluir nesta Equipa um Técnico de cada Unidade Orgânica para que este processo de Igualdade seja, na realidade, bem implementado. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Vice-Presidente. Afirmou que punha, então, à discussão. Deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, daquilo que ele se recorda que ele leu relativamente a esta questão, eventualmente, também poderá estar previsto Membros da Assembleia Municipal, sendo que um deles, pensa que tem que ser um Presidente de Junta. Ele gostaria de perguntar se isto está assegurado, ou não, ou se, eventualmente, estão a pensar fazer isso porque acha que era extremamente importante também ter um Autarca de Junta de Freguesia, na sua opinião. E falou aqui num Elemento Externo, falou na Senhora Dr.ª, ele, Vereador Dr. Fernando Silvério, não gosta de personalizar, quais foram os critérios, ou o que é que levou a esta escolha. Agradeceu a atenção. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério que os critérios foram a experiência e o currículo, tanto na Área Social, que fez com que fosse o nome indicado pelo Município e na Educação, o percurso todo que ela tem na Educação, nas funções que desempenhou, nos cargos que desempenhou, municipais, tanto na Educação, como o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério sabe, na Extensão Educativa, na própria Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, na própria Ação Social. Portanto, um conjunto de currículo, um currículo bastante alargado neste leque que fez com que fosse o nome indicado. É esse. Poderia ser outro nome qualquer. Os critérios foram também baseados nesta experiência e o currículo em várias áreas que o Executivo julga que faz sentido que seja este nome. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente

que concordava plenamente. ----------

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, afirmou que, por acaso, o Presidente da Junta, como disse, não está contemplado. Sabe que esteve na Equipa anterior. Mas pensa que pela informação que tem também não é obrigatório. E para não ferirem susceptibilidades na escolha do Presidente da Junta, a Equipa da Ação Social e quem elaborou toda esta Equipa preferiu não incluir nenhum Presidente da Junta. Se o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério quiser, ela pode-lhe nomear as pessoas que estão identificadas: dos Recursos Humanos é a Senhora Dr.ª. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Fernando António Pais Silvério pediu à Senhora Vice-Presidente da Câmara se podia intervir. Afirmou que não era necessário, como é óbvio. Só lhe estava a dizer, relativamente à questão, por isso perguntar se estava algum Presidente de Junta porque, como ele disse, na Assembleia Municipal, pensa que podem ser indicados alguns Elementos, nomeadamente, pelo menos um tem que ser Presidente de Junta e visto o papel como Presidentes de Junta e também reconhece que um Presidente de Junta poderá ter uma maior proximidade com aquela Freguesia, digamos assim, naturalmente. E essa Equipa será uma maior abrangência para o Concelho. Também reconhece isso. Era mais na perspetiva, como eles sabem, do papel e até uma forma de valorizar o papel do Presidente de Junta. Mas a Senhora Vice-Presidente escusa de ler e de certeza que são pessoas capacitadas para o efeito. Agradeceu a atenção. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Alexandre Henriques, dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que gostaria também de fazer uma declaração de voto sobre este assunto. ----------

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel Henriques. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Alexandre Henriques afirmou que, em primeiro lugar, queria dizer que votará, obviamente, a favor e solidário com o Executivo, esta proposta de Regulamento. Em segundo lugar e é uma oportunidade única e como está aqui também o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, com a sua memória, lhes podia também recordar o que é que resultou, digamos, o que é que resultou destas iniciativas no mandato anterior em termos concretos, em termos, digamos, de Políticas de Igualdade de Género. Mas, à parte isso, mais importante na sua declaração de voto é o seguinte: Ele considera que o Município de Nelas, absolutamente, exemplar na relação entre Homens e Mulheres. A Câmara Municipal de Nelas é o exemplo disso em que já foi presidida por pessoas de vários sexos. Ao nível dos seus Quadros Superiores não se pode dizer que haja qualquer tipo de discriminação entre Homens e Mulheres, nem lhe interessa uma contabilidade puramente matemática porque é uma evidência. Efetivamente, não é um problema entre nós. Grandes Instituições, neste Município, são chefiadas por pessoas do sexo feminino. Pensa, por exemplo, na Misericórdia de Santar que é o exemplo maior que lhe ocorre aqui. E, ele, Vereador Dr. Manuel Henriques, com toda a franqueza e respeitando, obviamente, porque muitos destes procedimentos são alinhados por aquilo que é praticado por outros Municípios, ele, parece-lhe, ele, parece-lhe que muitas vezes e admite mudar a sua opinião, é um certo desperdício de recursos, quando baseado, essencialmente, em políticas, essencialmente, ideológicas, de Igualdade de Género, muitas vezes motivadas com agendas que pouco têm a ver com as realidades de Municípios como o mosso. Começou por dizer que no nosso Município e esta Entidade, a Câmara

Municipal é, absolutamente, exemplar naquilo que é uma harmonia entre sexo feminino e sexo masculino na repartição de responsabilidades e competências políticas e técnicas. Como tal, votará favoravelmente a proposta do Executivo. Mas deixa a sua opinião pessoal que entende que muitas destas iniciativas, não havendo problemas encetados, estando por trás, no fundo, critérios ideológicos são, para si, a seu ver, dispensáveis. Admite rever a sua opinião. Mas, de facto, em geral e não é uma questão só do Município de Nelas, diria isto sobre qualquer outro Município, a sua opinião é, de facto, negativa sobre este tipo de Organismo. Agradeceu a atenção. ----------

---- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Manuel Henriques, afirmou que dando-lhe nota que a Senhora Vice-Presidente, Dr.ª Elsa Rodrigues, também já falou, isto é um Projeto supramunicipal também, onde eles também estão envolvidos, no âmbito da CIM Viseu Dão Lafões. E os argumentos do Senhor Vereador Dr. Manuel Henriques são, perfeitamente, válidos, naturalmente. Mas faz sentido, na mesma, que essa Comissão exista e que o seu funcionamento seja implementado. ----------

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Alexandre Henriques, dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que votará favoravelmente. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Henriques que sim, que era só para reiterar que o que disse, eles, substancialmente, também se revêm nisso. Não deixa de ter de haver na mesma esta Equipa porque, às vezes, essas realidades, infelizmente, acontecem. Mas é bom que não caiam em esquecimento e que se continue a pugnar para esse efeito. Este projeto, que é um projeto que eles integram, como outros Concelhos, é um projeto supramunicipal, ao qual, obviamente, o Executivo se associa, aliás, já tinha sido assinado. Basicamente, é seguir um processo que já vem de trás e que é continuado, portanto, dessa maneira e neste caso sem problema algum, como é óbvio. Então, com a discussão feita, iriam, então, para a aprovação da proposta. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Regimento de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local de Nelas, atrás descrito, bem como ser presente à próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, para conhecimento. ---------

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Funcionária Arlete da Luz Vaz Freixo Garcia, que secretariou a reunião, para proceder à leitura da minuta da ata. ----------

---- Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que, antes de encerrar a sessão, obviamente, no período que atravessam, desejar um Santo Natal a todos, Festas felizes e umas boas entradas e um Bom Ano de 2022. Boas Festas. Agradeceu aos presentes por terem vindo e a continuação de tudo de bom para todos. ----------

ENCERRAMENTO

Reunião de 23/12/2021

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às onze horas e doze minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.ª reunião ordinária desta Câmara Municipal para o quadriénio de 2021 a 2025, realizada em 22 de outubro de 2021, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. ----------

O Presidente,

_____

A Assistente Técnica,

_____